



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 141

Proc.: 16019/05

Rubrica

Processo: nº 16.019/2005 (g).

Apenso: nº 030.003.561/2003 - GDF.

Origem: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG/DF.

(ex-Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA).

Assunto: Tomada de Contas Especial - TCE.

Ementa. . Tomada de Contas Especial instaurada pela então Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA para apurar responsabilidades pelos prejuízos causados ao erário no período em que a titular da Seção de Administração de Próprios da Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII prestou serviços simultâneos àquela Regional e à empresa Fiança Serviços Gerais Ltda.

. Decisão nº 5.151/2008. Aplicação de penalidade à servidora MARIA NEUMA CASEMIRO TEMÓTEO. Retorno dos autos à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal a fim de que a Comissão de Tomada de Contas Especial apure o valor exato do prejuízo ao erário (fl. 112). Pedido de parcelamento do valor da multa (fl. 119).

. Proposta da 1ª Inspeção de Controle Externo no sentido de que o egrégio Plenário: 1) conheça dos documentos trazidos aos autos; 2) expeça determinação a Subsecretaria de Tomada de Contas Especial; 3) autorize a remessa da documentação necessária à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 142

Proc.: 16019/05

Rubrica

cobrança judicial do valor da multa; 4) preste informação a empresa Fiança Serviços Gerais Ltda., e 5) autorize o retorno dos autos à Inspeção (fls. 131/134).

. Ministério Público de Contas do Distrito Federal pugna pelo acolhimento das medidas propostas pelo Corpo Técnico (fls. 94/98).

. Acolhimento das medidas alvitadas pela Unidade Técnica, com ajustes na redação.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela então Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA para apurar responsabilidades por prejuízos causados ao erário no período em que a titular da Seção de Administração de Próprios da Administração Regional do Núcleo Bandeirante - RA VIII prestou serviços simultâneos àquela Regional e à empresa Fiança Serviços Gerais Ltda., objeto do Processo nº 030.003.561/2003 - GDF.

Na Sessão Ordinária de 21.08.2008, o Tribunal proferiu a Decisão nº 5.151/2008, de seguinte teor (fl. 125):

"I - tomar conhecimento da defesa apresentada pela empresa Fiança Serviços Gerais Ltda., representada neste ato pelo seu Diretor Financeiro, Senhor Joel Marques de Rezende, para, no mérito, considerá-la improcedente; II - considerar, nos termos do artigo 13, § 3º,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 143

Proc.: 16019/05

Rubrica

da Lei Complementar nº 01/1994, a Senhora MARIA NEUMA CASEMIRO TEMÓTEO revel para todos os efeitos nestes autos e responsável pelo prejuízo causado aos cofres públicos, por ter deixado de fiscalizar a execução do contrato firmado com a empresa Fiança, permitindo, assim, o pagamento de serviços não efetivamente prestados pela contratada, como também o exercício de atividade incompatível com o cargo comissionado e com o horário de trabalho, infringindo, dessa forma, as disposições do artigo 117, inciso XVIII, da Lei nº 8.112/1990; III - aplicar à Senhora MARIA NEUMA CASEMIRO TEMÓTEO, com fundamentação no artigo 57, incisos II e III, da Lei Complementar nº 01/1994, multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em razão da grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, como também da prática de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico que resulte em injustificado dano ao Erário; IV - autorizar o retorno dos autos Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, a fim de que a Comissão de Tomada de Contas Especial apure o valor exato do prejuízo ao erário, tendo por base os valores pagos à empresa Fiança como salário pelos serviços de encarregada de serviços gerais, os quais não foram efetivamente prestados pela Senhora Maria Neuma Casemiro Temóteo, no período de junho/2002 a julho/2003; V - aprovar e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; VI - autorizar, ainda, o retorno dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins."

Em decorrência do disposto no item IV da Decisão nº 5151/2008, foi lavrado o Acórdão nº 209/2008, referente à multa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) aplicada à Senhora MARIA NEUMA CASEMIRO TEMÓTEO, por ter deixado de fiscalizar a execução do Contrato nº 001/2000, firmado com a empresa Fiança Serviços Gerais Ltda. (fls. 122).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 144

Proc.: 16019/05

Rubrica

Cientificada a respeito dessa deliberação plenária, mediante os Ofícios nºs 1191/2008-GAB/SEPLAG e 1192/2008-GAB/SEPLAG, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal informou que a competência para apurar o prejuízo ao Erário é da Assessoria de Tomada de Contas Especial, unidade que integra a estrutura administrativa da Corregedoria-Geral do Distrito Federal (fl. 123).

Por sua vez, a empresa Fiança Serviços Gerais Ltda. solicitou o parcelamento do valor da multa aplicada neste feito em quatro parcelas iguais e sucessivas (fl. 119).

Após análise dos documentos trazidos aos autos, nos termos da Informação nº 120/2009, a 1ª Inspeção de Controle Externo tece os seguintes comentários (fl. 133):

"3. A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG foi comunicada da decisão acima em 19/9/2008, conforme documento de fl. 114. Em aditamento, o Tribunal encaminhou o documento de fl. 117 junto com o Processo de TCE nº 030.003.561/03 à SEPLAG em 10/10/2008.

4. Em resposta à fl. 120, a SEPLAG informou que a Assessoria de Tomada de Contas Especial integra a estrutura da Corregedoria-Geral do DF e não daquela Secretaria. Nesse sentido, a SEPLAG afirmou-se incompetente para o cumprimento da diligência do item IV da Decisão nº 5151/08.

5. Por reputarmos pertinente a alegação da SEPLAG, entendemos que a Corte deve determinar à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial que, em 60 dias, apure o exato valor do prejuízo ao erário constatado na TCE nº 030.003.561/03, tendo por base os valores



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 145

Proc.: 16019/05

Rubrica

pagos à empresa Fiança como salário pelos serviços de encarregada de serviços gerais, os quais não foram efetivamente prestados pela Sra. Maria Neuma Casemiro Temóteo, no período de junho/2002 a julho/2003, devolvendo os autos da referida TCE ao Tribunal quando de sua manifestação.

6.A Sra. Maria Neuma Casemiro Temóteo foi notificada da multa que lhe fora aplicada pelo item III da Decisão nº 5151/08 (Acórdão nº 209/08, fl. 113) em 5/3/2009, conforme documento de fl. 129. Até o momento, não veio aos autos informação sobre o recolhimento da referida multa.

7.Em consulta ao SIGRH, não identificamos vínculo da responsável com o erário atualmente. Nesse sentido, deve a Corte, nos termos do art. 29, inciso II, da LC nº 1/94, autorizar a remessa, via Ministério Público de Contas, do Acórdão nº 209/2008 à Procuradoria-Geral do DF para a cobrança judicial da multa aplicada à Sra. Maria Neuma Casemiro Temóteo por meio do citado acórdão.

8.A empresa Fiança Serviços Gerais Ltda, comunicada da Decisão nº 5151/08 pelo documento de fl. 116v, requereu o parcelamento do valor da multa de R\$ 6.000,00 mediante o documento de fl. 119.

9.Releva destacar, contudo, que a referida empresa não fora multada pelo Tribunal, mas sim a Sra. Maria Neuma Casemiro Temóteo, na condição de servidora comissionada da RA VIII, razão pela qual entendemos prejudicado o pedido. Assim, somos por que o Tribunal informe à empresa Fiança Serviços Gerais Ltda que ela não fora multada pela Decisão nº 5151/08 e que, portanto, é de todo descabido o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 146

Proc.: 16019/05

Rubrica

pedido de parcelamento por ela dirigido à Corte."

Assim, a Unidade Técnica sugere a egrégio Plenário que:

- "I) tome conhecimento dos documentos de fls. 114/130;*
- II) determine à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial que, em 60 dias, apure o exato valor do prejuízo ao erário constatado na TCE nº 030.003.561/03, tendo por base os valores pagos à empresa Fiança Serviços Gerais Ltda como salário pelos serviços de encarregada de serviços gerais, os quais não foram efetivamente prestados pela Sra. Maria Neuma Casemiro Temóteo, no período de junho/2002 a julho/2003, devolvendo os autos da referida TCE ao Tribunal quando de sua manifestação;*
- III) nos termos do art. 29, inciso II, da LC nº 1/94, autorize a remessa, via Ministério Público de Contas, do Acórdão nº 209/2008 à Procuradoria-Geral do DF para a cobrança judicial da multa aplicada à Sra. Maria Neuma Casemiro Temóteo por meio do citado acórdão;*
- IV) informe à empresa Fiança Serviços Gerais Ltda que ela não fora multada pela Decisão nº 5151/08 e que, portanto, é de todo descabido o pedido de parcelamento por ela dirigido à Corte;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 147

Proc.: 16019/05

Rubrica

V) *autorize o retorno dos autos para a 1ª
ICE para as providências pertinentes."*

Os autos foram, então, ao Ministério Público de Contas do DF que, nos termos do Parecer nº 1108/09-IMF, de autoria do ilustre Procurador Inácio Magalhães Filho, opinou no sentido de que o egrégio Plenário acolha as medidas alvitadas pela Unidade Técnica (fls. 94/98).

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 148

Proc.: 16019/05

Rubrica

VOTO

Compulsando os autos, verifico que a Senhora MARIA NEUMA CASEMIRO TEMÓTEO foi devidamente notificada (fl. 129), no entanto deixou de recolher aos cofres do Distrito Federal o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), referente à multa que lhe foi aplicada nos termos da Decisão nº 5.151/2008.

Quanto ao pedido de parcelamento do aludido débito formulado pela empresa Fiança Serviços Gerais Ltda., observo do teor da Decisão nº 5.151/2008 e do Acórdão nº 209/2008 que nenhuma penalidade foi aplicada àquela empresa. Portanto, a exemplo do entendimento esposado pela Unidade Instrutiva, também entendo descabido tal requerimento.

Com relação à determinação dirigida à SEPLAG para que apure o valor do prejuízo causado ao erário, penso assistir razão àquela Pasta nas informações que prestou a esta Corte, pois, de acordo com o Decreto nº 30.200/2009, a Subsecretaria de Tomada de Contas Especial, unidade orgânica da estrutura da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal, é que detém a competência de apurar a responsabilidade civil por danos causados ao erário do Distrito Federal.

Diante do exposto, acolhendo os termos da instrução e do parecer do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento dos documentos de fls. 114/130;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Fls.: 149

Proc.: 16019/05

Rubrica

- II -** determine à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal que, em 60 (sessenta) dias, apure o exato valor do prejuízo constatado na Tomada de Contas Especial de que trata o Processo nº 030.003.561/03, tendo por base os valores pagos à empresa FIANÇA Serviços Gerais Ltda. como salário pelos serviços de encarregada de serviços gerais, os quais não foram efetivamente prestados pela Sra. MARIA NEUMA CASEMIRO TEMÓTEO, no período de junho/2002 a julho/2003, devolvendo os autos da referida TCE ao Tribunal quando de sua manifestação;

- III -** nos termos do art. 29, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, autorize a remessa, via Ministério Público de Contas do Distrito Federal, de cópia do Acórdão nº 209/2008 à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para a cobrança judicial do valor da multa aplicada à Senhora MARIA NEUMA CASEMIRO TEMÓTEO;

- IV -** informe à empresa FIANÇA Serviços Gerais Ltda. que ela não foi multada pela Decisão nº 5.151/2008 e que, portanto, é de todo descabido o pedido de parcelamento formulado a esta Corte;

- V -** autorize o retorno dos autos à 1ª ICE para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2009.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro-Relator